

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBILIS

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

Table with columns for Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Títulos de renda fixa, Aplicações interfinaeiras de liquidez, Total, and d) A BRAM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Table with columns for Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Taxa de administração de fundos de investimentos, Tarifa de administração de carteiras, Total, and b) Diversos.

Table with columns for Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Créditos tributários (Nota 20c), Devedores por depósito em garantia, Impostos e contribuições a compensar, Adiantamentos e antecipações salariais, Total, and 7) INVESTIMENTOS.

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Table with columns for Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Empresa, Capital social, Patrimônio líquido ajustado, Prejuízo, Quantidade de ações possuídas, Participação no capital social, Valor Contábil, Resultado de equivalência patrimonial, and Total.

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria, participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

8) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Table with columns for Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Móveis e equipamentos de uso, Sistema de segurança e comunicação, Sistema de processamento de dados, Total em 2016, and Total em 2015.

9) INTANGÍVEL

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e software, com custo líquido de amortização correspondente a R\$ 1.186 mil (2015 - R\$ 1.218 mil), a amortização acumulada é de R\$ 3.832 mil (2015 - R\$ 3.122 mil).

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões e passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

Table with columns for Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include No início do exercício, Atualização monetária, Constituições líquidas, Pagamentos, No final do exercício de 2016 (Nota 11), Total, Fiscais e previdenciárias (1), and 1) Compreende, substancialmente, ao processo de execução fiscal de ISS junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da BRAM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é a Autuação de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 15.453 mil (2015 - R\$ 14.199 mil).

d) A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, subsidiária integral do Banco Bradesco S.A., bem como dois de seus administradores, foram mencionadas no âmbito da chamada "Operação Greenfield" da Polícia Federal, por terem exercido, respectivamente, a administração e a gestão do Fundo de Investimento em Participações - FIP Essada. Além da disponibilização de documentos, a Justiça determinou o curso da referida Operação, o bloqueio de valores. Por conta disso, foi firmado um Compromisso, homologado pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, para liberação dos valores mediante o oferecimento de garantias até R\$ 104 milhões, sem o reconhecimento de qualquer responsabilidade civil ou criminal por parte das empresas ou dos administradores da Organização Bradesco. No âmbito do referido compromisso, os administradores e funcionários da Organização Bradesco colocaram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos às autoridades responsáveis pela condução da referida investigação, independentemente de intimação formal. Adicionalmente, as avaliações internas indicam não ter havido ilegalidades na condução das citadas atividades, conforme comunicado do Banco Bradesco ao mercado, em 20 de setembro de 2016. Até o momento, não há nenhuma indicação de que as apurações poderão resultar na responsabilização da referida empresa.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Table with columns for Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Impostos e contribuições sobre lucros a pagar, Provisões fiscais (Nota 10b), Impostos e contribuições a recolher, Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 20c), Total, and b) Diversas.

Table with columns for Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Provisão para participações nos lucros e resultados, Provisão para pagamentos a efetuar, Provisão para férias, Gratificação aos administradores, Obrigações por aquisição de bens e direitos, Provisão para passivos contingentes (Nota 10b), Total, and 12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 167.000 mil (2015 - R\$ 148.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

Table with columns for Quantidade de ações and R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Saldo em 1º de janeiro, Aumento de capital com reserva AGO/E (1), Saldo em 31 de dezembro, and (1) Em 20 de maio de 2016, o BACEN homologou a AGO/E de 29 de abril de 2016 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 19.000 mil, sem emissão de ações (em 27 de maio de 2015, o BACEN homologou a AGO/E de 28 de abril de 2015 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 15.000 mil, sem emissão de ações).

c) Reservas de lucros

Table with columns for Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Reservas de lucros, Reserva legal (1), Reserva estatutária (2), and (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite previsto, a Reunião da Diretoria deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include Lucro líquido, Reserva legal - 5% sobre o lucro, Base de cálculo, Juros sobre o capital próprio (1) (2), Imposto de renda retido na fonte, Valor líquido a pagar, Dividendos propostos, Percentual em relação ao lucro líquido ajustado, Valor em Reais por lote de mil ações, and (1) Em 31 de dezembro de 2016 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre capital próprio distribuídos serem superiores ao mínimo obrigatório de 1%; e (2) Na Reunião da Diretoria de 29.11.2016 deliberou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 22.000 mil efetuado em 5.12.2016.

13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 172.449 mil (2015 - R\$ 119.585 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios (Nota 21b).

14) DESPESAS DE PESSOAL

Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Proventos, Participação dos empregados nos lucros, Encargos sociais (1), Benefícios, Treinamento, Provisões trabalhistas, Total, and (1) Inclui Contribuição de Previdência Privada no montante de R\$ 7.417 mil (2015 - R\$ 4.033 mil).

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Comunicações, Serviços técnicos especializados, Processamento de diários, Serviços de terceiros, Propaganda, promoções e publicidade, Aluguéis, Viagens, Depreciações e amortizações, Transportes, Refeições e lanches, Contribuições filantrópicas, Manutenção e conservação de bens, Despesas de material, Outras, Total, and 16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS.

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Contribuição à COFINS, Impostos sobre serviços - ISS, Contribuição ao PIS, Impostos e taxas, Total, and 17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Reversão de outras provisões operacionais, Recuperação de encargos e despesas, Outras receitas financeiras, Total, and 18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Ressarcimentos a clientes (1), Despesas financeiras, Patrocínio, Provisões cíveis, Outras, Total, (1) Ressarcimentos a clientes por perdas incorridas, and 19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS).

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Table with columns for Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Ativo, Disponibilidades (2), Passivo, Dividendos a pagar (1), and 1) Controlador Direto Banco Bradesco BBI S.A. 2) Controlador Indireto Banco Bradesco S.A. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado: • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição. Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.500 mil (2015 - R\$ 1.700 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 1.500 mil (2015 - R\$ 1.700 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Proventos, Contribuição ao INSS, Total, Benefícios pós-emprego, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, Planos de previdência complementar de contribuição definida, Total, and A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração. Outras informações Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Proventos, Contribuição ao INSS, Total, Benefícios pós-emprego, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, Planos de previdência complementar de contribuição definida, Total, and A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração. Outras informações Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1), Participações em coligadas e controladas, Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos: Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis, Crédito tributário líquido do passivo diferido, Juros sobre capital próprio pagos, Outras, Imposto de renda e contribuição social do exercício, and (1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2016, and 2015. Rows include Impostos correntes, Imposto de renda e contribuição social devidos, Impostos diferidos, Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias, Ativação do crédito tributário - Lei nº 13.169/15, Adições temporárias, Total dos impostos diferidos, Imposto de renda e contribuição social do exercício, and (1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

Sumário Caderno Empresarial 2

Table of Contents with sections: BALANÇO, BANCO BRADESCO BBI SA, BEM DISTRIBUIDORA DE TIT E VALS MOBILIARIOS LTDA, BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM, IOCHPE MAXION SA, RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		R\$ mil	
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2016
Provisões civis.....	112	243	3	352
Provisões fiscais.....	1.620	115	1	1.734
Provisões trabalhistas.....	67	5	1	71
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	93	-	-	93
Provisão para participação nos lucros/bonificações.....	8.951	17.119	8.677	17.393
Outros (1).....	941	323	775	489
Total dos créditos tributários (Nota 6b).....	11.784	17.805	9.457	20.132
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a).....	221	30	-	251
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	11.563	17.775	9.457	19.881

(1) Os valores correspondem basicamente à provisão de propaganda/publicidade.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2017.....	2.142	1.319	3.461
2018.....	4.028	2.450	6.478
2019.....	4.029	2.450	6.479
2020.....	2.087	1.280	3.367
2021.....	200	147	347
Total.....	12.486	7.646	20.132

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 11.467 mil (2015 - R\$ 6.686 mil) de diferenças temporárias. Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A BRAM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BRAM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2016, somaram R\$ 567.904.519 mil (2015 - R\$ 391.495.888 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no período foi de R\$ 172.449 mil (2015 - R\$ 119.585 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCO BBI SA	26
BEM DISTRIBUIDORA DE TIT E VALS MOBILIARIOS LTDA	2
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM	30
IOCHPE MAXION SA	4
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	15

Certificação Digital
Imprensa Oficial

Sua assinatura reconhecida
em qualquer lugar do mundo.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

Imprensa Oficial, certificadora oficial do Governo do Estado de São Paulo.

